

Quando se discorre sobre os desafios para reduzir o consumo de álcool entre adolescentes, Lima Barreto vem à tona – a biografia do escritor pré-modernista registra que, por conta de ser negro e pobre, ele tenha sofrido preconceito, o que o fez render-se à bebida. Sem dúvida, por esses e por tantos outros motivos, o alcoolismo é problema que persiste. No Brasil do século 21, conforme dados recentes do IBGE, 55% dos adolescentes de 13 e 14 anos já experimentaram bebidas alcoólicas, apesar de haver legislação proibitiva. E não é só: 40% desses adolescentes alegam que as respectivas famílias também consomem álcool. Assim, poder público e sociedade civil, com o rigor da lei, devem resolver a questão, sob pena de retrocessos irreparáveis.

Nesse sentido, embora o ECA proíba a venda de bebida alcoólica para jovens, isso acontece com frequência, haja vista não haver nem fiscalização nem punição eficientes àqueles que infringem a lei. O Estado é corresponsável pelo alto índice de adolescentes que, graças ao vício, abandonam os estudos, e passam a consumir, inclusive, drogas mais pesadas. Ora, a mesma lei que determina que a guarda e o cuidado dos filhos competem aos pais, prescreve também que, em havendo comportamentos desiduosos por parte da família, cabe ao Conselho Tutelar tomar medidas de proteção ao adolescente – o Estado é, então, omisso não só no que seja pertinente à redução, como também aos recursos possíveis a evitar o consumo de álcool entre os adolescentes.

Não fosse o bastante, por vezes, o uso do álcool é incentivado pela própria família, quando bebidas alcoólicas são consumidas com frequência, sobretudo, na presença de adolescentes, pessoas em formação. Isso aconteceu com o próprio Lima Barreto, cujo pai era alcoólatra. Ora, é inegável que é na adolescência que se organizam e se equilibram (ou não) as reações físicas e emocionais, as quais definem o perfil de um cidadão – o mau exemplo dos pais é determinante ao comportamento do filho. E o pior: a literatura médica aponta que são grandes as chances de um adolescente que consome álcool tornar-se um adulto dependente químico.

Portanto, para resolver esse grave problema, cabem aos municípios, segundo as prescrições do ECA, a fiscalização e a punição de estabelecimentos que forneçam bebidas alcoólicas a menores de idade. Isso deve ser feito por meio da Guarda Municipal, em estreita parceria com a Delegacia de Polícia, a fim de que os jovens não se deixem tomar pelo mau hábito, que, se não cuidado a tempo, pode tornar-se um vício. Ao MEC, por sua vez, cabe determinar às instituições de ensino visitas regulares às casas de recuperação de dependentes químicos, com a participação não apenas dos alunos, como também dos respectivos pais, com a finalidade de conscientizá-los a respeito dos riscos a que estão expostos, caso incidam no consumo de álcool.

Análise da estrutura dissertativa:

Apresentação do tema, com repertório sociocultural próprio - literatura;

Antecipação do 1º argumento, com leitura de gráfico de apoio;

Antecipação do 2º argumento;

Tese

Desenvolvimento do 1º argumento, com repertório sociocultural próprio – legislação;

Desenvolvimento do 2º argumento, com recuperação do repertório literário;

Proposta de intervenção – agentes, ações (com detalhamento de uma delas), modo/meio, efeito.